

Interpretações da Teoria Marxista do Valor: Uma Revisão da Literatura

Alfredo Saad Filho

Department of Development Studies - SOAS, University of London

RESUMO

Esse artigo analisa criticamente duas interpretações da teoria marxista do valor, as abordagens do 'trabalho incorporado', incluindo o 'marxismo tradicional' e as análises sraffianas, e as teorias da forma do valor, incluindo aquelas associadas com Rubín e a 'nova interpretação'. Essas análises contribuíram para a melhor compreensão do capitalismo a partir do prisma marxista. Entretanto, elas são deficientes, por várias razões. As insuficiências do marxismo tradicional levaram à sua estagnação e fragmentação. As análises sraffianas representam incorretamente tanto o valor como o capital, e são incapazes de explicar satisfatoriamente a moeda e a dinâmica econômica. A tradição baseada em Rubín transformou positivamente o debate sobre o valor; entretanto, ela freqüentemente negligencia a análise do capital e do capitalismo. Por fim, a 'nova interpretação' oferece uma contribuição valiosa para o desenvolvimento de uma crítica radical das políticas macroeconômicas. Entretanto, ela tende a confundir fenômenos em níveis diferentes de abstração e a ignorar as mediações que estruturam a teoria do valor.

PALAVRAS-CHAVE

teoria marxista do valor, valor-trabalho, Marx

ABSTRACT

This article reviews critically two interpretations of Marx's value theory, the 'embodied labour' views, including 'traditional Marxism' and Sraffian approaches, and value form theories, including those associated with Rubín and the 'new interpretation'. These analyses have contributed significantly to our understanding of capitalism. However, they are found wanting for several reasons. The shortcomings of traditional Marxism have led to its stagnation and fragmentation. Sraffian analyses misconceive both value and capital, and they are unable to explain money and economic dynamics. The Rubín tradition has recast the value debate on a more fruitful level; however, it tends to neglect the analysis of capital and capitalism. Finally, the 'new interpretation' offers a valuable contribution for the development of a radical critique of macroeconomic policy. However, it tends to conflate phenomena at different levels of abstraction and to shortcut the mediations that structure value analysis.

KEY WORDS

Marx's theory of value, labour value, Marx

JEL Classification

B24, B51

Este artigo faz uma revisão crítica das quatro interpretações mais influentes da teoria marxista do valor (TMV). Elas incluem duas abordagens do ‘trabalho incorporado’, o ‘marxismo tradicional’ e as análises sraifianas (ou neo-ricardianas), e duas teorias da forma do valor, associadas com Isaak I. Rubin e com a ‘nova interpretação’ desenvolvida por Gérard Duménil e Duncan Foley.¹ As diferenças entre essas interpretações devem-se, fundamentalmente, a discordâncias quanto ao significado e importância da relação valor. Enquanto as primeiras argumentam que o valor é o tempo médio de trabalho incorporado nas mercadorias, para as últimas o valor é o comando sobre o tempo de trabalho social representado pela moeda. Distintas visões da relação valor, diferentes interpretações do papel e importância da teoria do valor e, mais geralmente, divergências a respeito da natureza e legitimidade do capitalismo estão entre as principais razões da teoria de Marx ter provocado controvérsias por mais de cem anos.

Este artigo não inclui uma revisão exaustiva da literatura sobre a TMV.² Seu objetivo é apenas delinear as interpretações mais influentes dessa teoria, e examinar criticamente a contribuição de cada uma para o desenvolvimento da economia política marxista. Esse artigo se divide em três seções. A primeira analisa a interpretação tradicional e a sraifiana. A segunda analisa as teorias da forma do valor, incluindo a tradição baseada em Rubin e a ‘nova interpretação’. A última sumaria as principais conclusões da análise.

1. ABORDAGENS DO TRABALHO INCORPORADO

Algumas das leituras mais influentes de Marx afirmam que o valor é o trabalho incorporado (embutido) nas mercadorias durante sua produção. Essas leituras definem o trabalho abstrato em oposição ao trabalho con-

1 Este artigo é uma versão revisada de SAAD FILHO (2002, cap.2). Citações a partir do inglês foram traduzidas por mim (ASF).

2 Ver DESAI (1992), DOSTALER & LAGUEUX (1985), ELSON (1979a), FINE (1986a), FINE & HARRIS (1979), FOLEY (2000), FREEMAN & CARCHEDI (1996), HOWARD & KING (1989, 1991), SAAD FILHO (1997a, 2002), SMITH (1994a) e STEEDMAN (1981).

creto, como trabalho geral, abstraído da forma da atividade.³ Duas dessas abordagens são analisadas a seguir, a tradicional e a crítica srafiiana de Marx.

1.1 *Marxismo Tradicional*

Segundo a interpretação tradicional, a TMV não é fundamentalmente distinta da teoria ricardiana do valor. A TMV pode ser resumida da seguinte forma:⁴

- (a) O principal objeto da teoria do valor é a análise do modo capitalista de exploração. As categorias desenvolvidas nos três primeiros capítulos do *Capital I* (mercadoria, valor e moeda) se relacionam apenas indiretamente com esse problema, porque pertencem a um conjunto mais amplo de modos de produção, especialmente a produção mercantil simples, onde a exploração capitalista não está presente.
- (b) O conceito de valor é necessário para a determinação da taxa de exploração. Essa leitura enfoca a magnitude do valor, definida como a quantidade de trabalho abstrato incorporada em cada mercadoria. A substância e a forma do valor, e as relações entre o valor e a moeda, são geralmente relegadas ao segundo plano.
- (c) A análise do lucro requer a determinação dos preços das mercadorias, inclusive da força de trabalho. Isto se dá por meio de um conjunto de supostos que geralmente inclui o equilíbrio geral (reprodução simples). Portanto, os preços são apenas relativos ao *numéraire*. Isso implica que a moeda é um véu, e que é desnecessária uma teoria da moeda.

3 HODGSON (1981, p. 88), por exemplo, afirma que para Ricardo e Marx 'o valor trabalho incorporado de uma mercadoria é definido tal que o valor trabalho incorporado total do produto bruto de um processo produtivo é igual ao valor trabalho incorporado de todos os insumos mais o montante de trabalho vivo socialmente necessário.' Ver também BÖHM-BAWERK (1949, p. 109), GAREGNANI (1985), MEEK (1973, p. 164-165), MORISHIMA (1973, p. 15) e NUTI (1977).

4 Ver DOBB (1940, 1967), MEEK (1973) e SWEEZY (1982). Essa abordagem é criticada por ARTHUR (1997), POSTONE (1993, cap. 2), SMITH (1998), DE VROEY (1982 e, especialmente, 1985) e WEEKS (1981, caps. 1-2). Para uma crítica da 'teoria do excedente' associada com essa interpretação, ver CHATTOPADHYAY (2000), PILLING (1980, p. 57), ROBERTS (1987) e ROOSEVELT (1977).

- (d) A determinação dos preços relativos tem dois estágios; primeiro, supõe-se que todos os capitais têm composições de valor iguais; assim, os preços relativos são determinados apenas pelo trabalho incorporado.⁵ Segundo, as composições de valor podem variar; nesse caso, os preços relativos diferem das razões de trabalho incorporado, mas se presume que as últimas determinam algebricamente os primeiros.
- (e) O aparato conceptual é elementar. As mercadorias são valores de troca colocados à venda; o valor é frequentemente confundido com o valor de troca, e a articulação entre valor e preço é pouco clara (apesar deles supostamente serem quantitativamente comparáveis).
- (f) Não existe preocupação com os diferentes níveis de análise ou com as relações entre tendências, contratendências e contingência. A teoria supostamente captura as tendências básicas do capitalismo, e espera que elas impliquem resultados empíricos diretamente.

A abordagem tradicional tem virtudes importantes, especialmente o foco no modo de exploração. Essa ênfase coincide com as preocupações de Marx, e ilustra algumas de suas contribuições mais importantes; ela também leva à crítica das estruturas da circulação e distribuição, como a propriedade privada e o mercado. Apesar disso, o marxismo tradicional sofre de duas deficiências importantes. Primeiro, ele desconecta a análise do modo de produção da circulação e distribuição do produto, o que exagera a independência entre essas esferas.⁶

Segundo, o marxismo tradicional incorretamente afirma que a análise de Marx das mercadorias, valor e moeda se refere a um amplo conjunto de modos de produção, especialmente a produção mercantil simples (PMS), e que sua análise do capitalismo começa no capítulo 4 do *Capital 1*. Portanto, existem dois conjuntos de preços relativos. Um é baseado no trabalho

5 As composições técnica, orgânica e de valor do capital são analisadas por SAAD FILHO (1993b, 2002, cap. 6).

6 MARX explica a relação entre produção, circulação e distribuição nos *Grundrisse* (p. 88-99) e MARX (1974, p. 348); ver também ENGELS (1998, p. 238-239).

incorporado, e rege as trocas pré-capitalistas, enquanto o outro se baseia na igualdade das taxas de lucro, e regula as trocas capitalistas:

Em certas condições, que prevaleceram entre pequenos produtores independentes em sociedades pré-capitalistas (que Marx chama de “produção mercantil simples”) a regra era a troca de valores iguais. Se em condições capitalistas existem relações mais complexas determinando as relações quantitativas de troca, isso não torna a teoria econômica baseada na determinação do valor pelo trabalho socialmente necessário inconsistente, desde que haja um método claro e consistente de derivar preços a partir dos valores.⁷

Supostamente, a transição entre esses estágios é um processo histórico, e a transformação entre dois tipos de preços relativos (valores e preços de produção) pode ser analisada tanto algébrica quanto historicamente.⁸

Essa abordagem é errada tanto lógica quanto historicamente. A troca generalizada pelos valores nunca existiu porque, em geral, os produtos se tornam mercadorias apenas no capitalismo. Além disso, apesar de Marx frequentemente lançar mão de estudos históricos para explicar argumentos teóricos ou traçar a evolução das categorias analíticas, o único modo de produção que ele analisa sistematicamente no *Capital* é o **capitalismo**. Em outras palavras, apesar das mercadorias, valor e moeda terem existido por milênios, o *Capital* analisa apenas suas determinações capitalistas, e o livro

7 WINTERNITZ (1948, p.277). Ver também MORISHIMA (1974, p.624) e SWEEZY (1982, caps. 2, 4, 7).

8 ‘A “*derivação dos preços a partir dos valores*” ... tem que ser considerada como um processo histórico além de lógico. Ao “*derivar preços de valores*” estamos, na realidade, reproduzindo em nossa mente, de uma forma lógica e simplificada, um processo que ocorreu na história. Marx partiu do suposto de que os produtos eram vendidos “*pelos seus valores*” sob o capitalismo (de modo que as taxas de lucro nos vários ramos da produção eram originalmente bastante diferentes), não apenas porque isso parecia ser o princípio adequado logicamente, mas também porque ele acreditava que “*originalmente*” tinha sido assim. A partir disso, ele transformou valores em preços, não apenas porque esse curso parecia ser logicamente necessário, mas porque ele acreditava que a história tinha realizado essa transformação.’ (MEEK 1956, p. 104-105); ver também p. xxiv, 152, 180-181, 241-242, 303-305. Essa visão se baseia em ENGELS (1981). Para uma crítica, ver CATEPHORES (1986) e FINE (1986b); ver também BRENNER (1986) e MILONAKIS (1990).

não permite inferências sistemáticas sobre seu significado e importância em outros modos de produção.⁹

Eventualmente, o marxismo tradicional transformou-se num 'marxismo ricardiano'. Entretanto, essa síntese é insustentável.¹⁰ Marx distinguiu cuidadosamente sua análise da ricardiana e, em longas passagens, critica os erros de Ricardo. Em particular, Marx argumenta que a análise ricardiana é insuficiente por ser incapaz de explicar as relações entre a moeda e as mercadorias e entre o trabalho abstrato e o valor, ou explicar o modo de trabalho e as relações capitalistas de exploração.¹¹

1.2 Análises Sraffianas

A insatisfação com as deficiências do marxismo tradicional e, em particular, sua análise da transformação, estimulou o desenvolvimento de duas abordagens alternativas, a sraffiana e a teoria da forma do valor (ver seção 2). A análise sraffiana é desenvolvida por, entre outros, Pasinetti e Steedman, a partir de trabalhos de Bortkiewicz, Dmitriev, Seton, Sraffa e Tugan-Baranovsky.¹² Os sraffianos tentam desenvolver o modelo tradicional,

9 Ver ALBRITTON (1986, p. 18-19) e REINFELDER (1980, p. 13).

10 Interpretações 'ricardianas' de Marx são severamente criticadas por, entre outros, FACCARELLO (1986), GANSSMANN (1986), GERSTEIN (1986), SHAIKH (1977, 1981, 1982) e contribuições em FREEMAN & CARCHEDI (1996) e MANDEL & FREEMAN (1984).

11 '[C]onsiderar a teoria do valor de Marx como uma prova da exploração tende a de-historicizar o valor, a torná-lo sinônimo do tempo de trabalho, e a tornar redundante a distinção de Marx entre trabalho excedente e mais valia. Para saber se há ou não exploração, devemos examinar a propriedade e controle dos meios de produção, e o processo pelo qual o tempo de trabalho é determinado ... A preocupação de Marx era com a forma particular da exploração no capitalismo ... porque no capitalismo o trabalho excedente não pode ser apropriado simplesmente na forma do produto imediato do trabalho. Para isso é necessário que o produto seja vendido e transformado em moeda.' (ELSON, 1979b, p. 116). Ver também FINE (1982), POSTONE (1993, p. 54) e RUBIN (1979, parte 4).

12 Ver BORTKIEWICZ (1949, 1952), DMITRIEV (1974), HODGSON (1974, 1981), PASINETTI (1977), SETON (1957), SRAFFA (1960), STEEDMAN (1977, 1981), SWEEZY (1982, cap. 7) e TUGAN-BARANOVSKY (1905); ver também SHIBATA (1933). Para uma revisão crítica, ver RAMOS-MARTÍNEZ & RODRÍGUEZ-HERRERA (1996). As conclusões neoclássicas de HABERLER (1966) e SAMUELSON (1957, 1971, 1973, 1974) são basicamente idênticas às sraffianas.

focalizando a articulação entre os sistemas de valor e preço.¹³ As principais características dessa abordagem são:

- (a) Apenas a magnitude do valor é considerada em detalhe; sua substância e forma são quase completamente ignoradas. A análise geralmente envolve dois conjuntos de equações; uma representa o sistema de valores, e a outra o sistema de preços.
- (b) O sistema de valores é descrito por $\lambda = \lambda A + l = l(I - A)^{-1}$, onde λ é o vetor $(1 \times n)$ de valores, A é a matriz técnica $(n \times n)$ e l é o vetor $(1 \times n)$ de trabalhos diretos.
- (c) O sistema de preços é descrito por $p = (pA + wl) (1 + r)$, onde p é o vetor $(1 \times n)$ de preços, w é a taxa de salários, e r é a taxa de lucros.
- (d) Como a análise focaliza as relações entre os sistemas de valor e preço, a moeda não tem papel autônomo e, quando considerada, ela é apenas um *numéraire*.¹⁴
- (e) As definições de valor e preço permitem uma ampla crítica das supostas inconsistências em Marx, levando à conclusão de que o projeto tradicional de transformar algebricamente valores em preços é falho. Brevemente, primeiro, o sistema de preços tem dois graus de liberdade, porque ele tem n equações, uma para cada mercadoria, mas $n+2$ incógnitas, os n preços e as taxas de salário e de lucro. Portanto, enquanto o sistema de valores normalmente pode ser resolvido (desde que a matriz A seja bem comportada), o sistema de preços só pode ser resolvido se restrições adicionais forem acrescentadas, como, por exemplo, a identidade entre o valor da força

13 As primeiras análises sraffianas foram saudadas por marxistas tradicionais: 'Eu gostaria ... de enfatizar que essa investigação deve ser conduzida dentro de um parâmetro conceptual diferente - aquele proporcionado por Sraffa na sua *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias* ... Eu tentarei ... demonstrar como certos elementos básicos desse sistema podem ser adaptados e usados por marxistas contemporâneos.' (MEEK, 1973, p. xxxii); ver também o apoio dado por DOBB (1943) ao trabalho de Bortkiewicz.

14 HODGSON (1981, p. 83), por exemplo, afirma que 'Apesar do sistema de Sraffa ser conceptualmente diferente de um sistema de equilíbrio geral walrasiano, ou mesmo do modelo de von Neumann, eles tem uma coisa em comum: eles não incluem a moeda. Clower demonstrou que a moeda nunca pode ser introduzida num modelo de equilíbrio geral estacionário.'

de trabalho e uma cesta de bens (o salário é o preço da cesta), e uma condição de normalização, como, por exemplo, uma das igualdades agregadas de Marx (a soma dos preços é igual à soma dos valores, ou a soma dos lucros é igual à mais valia total). Entretanto, a outra igualdade não é geralmente possível, o que é supostamente destrutivo para a análise marxista.¹⁵ Segundo, a representação srafiiana de Marx não consegue distinguir entre o papel do trabalho e de outros insumos e, portanto, não pode concluir que o trabalho cria valor e é explorado, ao invés de qualquer outro insumo, como, por exemplo, o ferro ou a energia.¹⁶ Terceiro, mesmo se o trabalho cria valor e é explorado, a única relação relevante entre o trabalho e os preços é via proposição de que uma taxa de exploração positiva é condição necessária e suficiente para a existência de lucros, o que tem pouca relevância empírica.¹⁷

As análises srafiianas contribuíram significativamente, ainda que de forma indireta, para estudos marxistas da relação entre o modo de produção e o sistema distributivo. Entretanto, essa abordagem é insuficiente por várias razões, e suas críticas de Marx foram rejeitadas de forma convincente pela literatura.¹⁸ A seguir, dois aspectos da crítica srafiiana de Marx são analisados brevemente: as deficiências da equação do valor, e a incapacidade srafiiana de representar as relações capitalistas de produção satisfatoriamente.

15 Para uma análise dessas dificuldades do ponto de vista tradicional, ver MAY (1948), MEEK (1956), SETON (1957), SWEEZY (1982, cap. 7) e WINTERNITZ (1948).

16 O argumento de que qualquer mercadoria pode ser 'explorada' é defendido por BRÖDY (1974), DMITRIEV (1974), HODGSON (1981) e WOLFF (1984). Dissidentes dessa abordagem tentaram salvar o papel do trabalho fazendo o sistema assimétrico devido aos aspectos não-mercantis da força de trabalho (p.ex., BOWLES & GINTIS, 1981). Para uma crítica, ver GLICK & EHRBAR (1986-87) e SMITH (1994b).

17 Ver MORISHIMA (1974); para uma crítica, ver MOHUN (2000) e NAPLES (1989).

18 Para críticas detalhadas do srafiianismo, ver FINE (1980), FINE & HARRIS (1979, cap. 2), GLEICHER (1985-86), GOODE (1973), KLIMAN & MCGLONE (1988), RAMOS-MARTÍNEZ & RODRÍGUEZ-HERRERA (1996), ROWTHORN (1980, cap. 1), SAVRAN (1979, 1980, 1984), SCHWARTZ (1977), SHAIKH (1977, 1981, 1982, 1984), SMITH (1994a, p. 77-94) e YAFFE (1974).

A equação do valor, $\lambda = \lambda A + l$, indica que os valores das mercadorias são iguais aos valores dos insumos (λA) mais o trabalho vivo necessário para processar esses insumos (l). Apesar dessa equação representar corretamente a **definição** marxista do valor, ela é inadequada para o **cálculo** dos valores. Vejamos por quê.

Por simplicidade, suponhamos que a matriz A representa as tecnologias médias de produção, e que o vetor l representa a quantidade média de trabalho **concreto** (produção, montagem, empacotamento etc.) necessário para transformar os insumos no produto. Mesmo assim, o vetor l não pode ser usado para calcular diretamente o valor produzido, porque esse vetor mede **trabalho concreto médio**, e não trabalho abstrato. Como esses trabalhos são qualitativamente distintos, operações neles não fazem sentido.¹⁹ Em outras palavras, o trabalho empregado em atividades distintas, sejam ou não verticalmente integradas, pode produzir quantidades diferentes de valor por hora; por exemplo, o projeto e a pintura de automóveis, ou a construção e a decoração residenciais.

Vamos supor, ao contrário, que l é um vetor de trabalho **abstrato**.²⁰ Isso evitaria os problemas acima, mas não permitiria o **cálculo** dos valores, porque esse suposto implica que, para se calcular o trabalho abstrato necessário para produzir cada mercadoria (λ), é preciso saber quantas horas de trabalho abstrato são necessárias para produzir cada mercadoria (l). Como ele envolve uma tautologia, o suposto de que l é trabalho abstrato não permite a determinação quantitativa do valor.²¹

19 'O ponto não é que nenhuma abstração está envolvida no conceito de trabalho incorporado; ao contrário, a abstração não é social correspondendo a um processo histórico particular, mas é arbitrária, uma conveniência ideal: um suposto de que o trabalho é homogêneo quando evidentemente ele não é.' (HIMMELWEIT & MOHUN 1978, p. 81). Ver também WEEKS (1982b, p. 65).

20 STEEDMAN (1977, p. 19), por exemplo, supõe que todos os trabalhos são simples e de igual intensidade, 'tal que cada gasto individual de tempo de trabalho é um gasto de tempo de trabalho socialmente necessário.'

21 'A busca por um insumo tecnológico privilegiado no processo de trabalho, que determina o valor do produto, deriva de uma compreensão incorreta do que é o valor. O trabalho abstrato não é um insumo privilegiado na produção porque o trabalho abstrato não é de modo algum um insumo produtivo ... Ele se liga ao produto ... apenas devido às relações sociais peculiares à sociedade mercantil.' (GLICK & EHRBAR, 1986-87, p. 472). Ver também p. 465, ILYENKOV (1982, p. 87, 284), LIPIETZ (1985b, p. 90), MATTICK JR. (1991-92, p. 58) e SHAIKH (1981, 1982).

Essas deficiências são sintomáticas da incapacidade do modelo srafiano de capturar a essência das relações de produção capitalistas e as características fundamentais desse modo de produção.²² No sistema srafiano a produção é um processo meramente técnico, não necessariamente capitalista, onde, primeiro, o capital é apenas uma coleção de valores de uso ao invés de uma relação de produção. Segundo, a substância do valor, trabalho abstrato, é indistinguível das unidades médias de trabalho concreto. Por fim, o aspecto social da produção é ignorado ou projetado na esfera da distribuição, por meio da taxa de exploração. Em resumo, um *‘processo social é substituído por coeficientes técnicos e relações sociais pela distribuição do produto entre as classes sociais.’*²³

O modelo Srafiano não é nem mesmo internamente consistente. Ele presume que as relações técnicas de produção são dadas independentemente dos sistemas de preço e valor, e implica que o cálculo do vetor de preços necessita dos valores, mas não o inverso. Como esse não é o caso, a teoria do valor é supostamente redundante. Essa abordagem é equivocada porque, primeiro, ela representa incorretamente a teoria de Marx.²⁴ Segundo, na realidade, a estrutura da produção é determinada socialmente, ao invés de tecnicamente. No capitalismo, a concorrência determina a alocação de trabalho e meios de produção, as quantidades produzidas e as tecnologias. Portanto, as relações de valor **determinam**, num sentido causal, tanto as tecnologias como os preços.²⁵ Assim, *‘a teoria do valor trabalho não é redundante mas, pelo contrário, ela proporciona a explicação dos preços que está ausente na análise srafiana.’*²⁶ Em resumo, na análise srafiana o capitalismo é apenas um modo de produção onde as taxas de retorno são equalizadas. Portanto, ela não pode explicar as relações capitalistas de produção, a exploração, a distribuição de renda, a concorrência, a existência dos preços e, por fim, a origem social dos dados empíricos.²⁷

22 Para uma crítica devastadora, ver ROWTHORN (1980, cap. 1).

23 YAFFE (1974, p. 31).

24 Ver SAAD FILHO (1997a, 2002).

25 Ver SHAIKH (1982, p. 71-72).

26 GLEICHER (1985-86, p. 465); ver também LEE (1993, p. 464).

27 Ver GLICK & EHRBAR (1986-87, p. 473-476), FINE (1996, p. 11), HARVEY (1999, p. 35-36) e YAFFE (1995, p. 95).

2. TEORIAS DA FORMA DO VALOR

As teorias da forma do valor (TFV) foram desenvolvidas nos anos setenta, em parte como reação às insuficiências do marxismo tradicional e aos excessos sraffianos.²⁸ O desenvolvimento das TFV foi auxiliado pela redescoberta no Ocidente, na mesma época do economista soviético Isaak Illich Rubin (1896-1937). Nessa seção, as TFV são analisadas criticamente por meio dos trabalhos de Rubin. Na seqüência, uma abordagem contemporânea baseada nas TFV é discutida: a ‘nova interpretação’ da teoria marxista do valor.

2.1 *A Tradição de Rubin*

Essa interpretação da TMV se baseia em trabalhos do economista soviético I.I. Rubin e em contribuições independentes de, entre outros, Louis Althusser, Hans-Georg Backhaus e Suzanne de Brunhoff.²⁹ Essa abordagem geralmente parte da divisão social do trabalho. Ela argumenta que a relação mercantil, ou a produção de mercadorias por produtores ‘separados’ (independentes), é a característica essencial da divisão do trabalho no capitalismo:

A forma valor do produto do trabalho é não apenas a mais abstrata, mas também a forma mais universal do produto na produção burguesa, e ela marca essa produção como uma espécie particular de produção social, e assim define o seu

28 Versões diferentes da TFV foram propostas por BACKHAUS (1974), DE BRUNHOFF (1973a, 1976, 1978a), ELDRED (1984), ELDRED & HANLON (1981), LIPIETZ (1985a), REUTEN (1993), REUTEN & WILLIAMS (1989) e DE VROEY (1981, 1982, 1985). Para uma crítica, ver ELSON (1979b), GLEICHER (1985), LIKITKIJSOMBOON (1995), MOSELEY (1997), SAAD FILHO (1997a) e WEEKS (1990).

29 ALTHUSSER (1969, 1970), BACKHAUS (1974), DE BRUNHOFF (1973b, 1978a, 1978b), RUBIN (1975, 1978); ver também GERSTEIN (1986), HIMMELWEIT & MOHUN (1978) e PILLING (1972).

*caráter histórico especial ... Portanto a “forma valor” é a forma mais geral da economia mercantil.*³⁰

Para Rubin, os traços mercantis do capitalismo são tão importantes que ele freqüentemente se refere ao seu objeto de análise como a economia ‘mercantil-capitalista’.³¹ A contrapartida da independência dos produtores é a necessidade deles produzirem mercadorias socialmente úteis ou, em outras palavras, vendáveis (o imperativo de venda é a ‘restrição monetária’).³² Devido à separação e à restrição monetária, essa tradição argumenta que as mercadorias são produzidas por trabalhos concretos privados que, na melhor das hipóteses, são potencialmente ou apenas idealmente abstratos e sociais. Os trabalhos privados e concretos são convertidos em trabalho abstrato e social somente quando seus produtos são trocados por moeda:

Numa economia mercantil, o trabalho de um indivíduo separado, de um produtor de mercadorias separado e privado, não é regulado diretamente pela sociedade. Como tal, em sua forma concreta, o trabalho não entra ainda na economia social. O trabalho se torna social numa economia mercantil apenas quando ele adquire a forma de trabalho socialmente equalizado, ou seja, o trabalho de cada produtor mercantil se torna social apenas porque seu produto é equalizado com os produtos de todos os outros produtores ... [O] trabalho abstrato ... [é] trabalho que foi tornado igual por meio da equalização de todos os produtos do trabalho, mas a equalização de todos os produtos do trabalho não é possível exceto por meio da assimilação de cada um deles com um equivalente universal ... [A] equalização do trabalho pode ocorrer, mas apenas mentalmente e em antecipação, no processo de produção, antes

30 RUBIN (1975, p. 114, grifos omitidos). Ver também p. 63-64, 92, BENETTI & CARTELIER (1980) e DE BRUNHOFF (1973a, cap.2). Para MEEK (1973, p. 302, n. 2), “Produção mercantil” no sentido marxista significa aproximadamente a produção de bens para troca em algum tipo de mercado por produtores individuais ou grupos de produtores que executam suas atividades mais ou menos separadamente uns dos outros.”

31 RUBIN (1975, p. 1, 22-24, 31, 47, 62-64, 70, 85, 89-94, 114, 125, 141).

32 Ver AGLIETTA (1979, p. 278), DE BRUNHOFF (1978a), GUTTMAN (1994, p. 20) e DE VROEY (1981, p. 185).

*do ato da troca. Mas na realidade, ela ocorre por meio do ato da troca, por meio da equalização (mesmo que mentalmente antecipada) do produto de um dado trabalho com uma soma definida de dinheiro.*³³

A tradição de Rubin contribuiu muito para o desenvolvimento da TMV, de pelo menos duas maneiras. Primeiro, o argumento de que o trabalho abstrato é trabalho social formado indiretamente por meio da venda é válido apenas em economias mercantis. Esse *insight* permite uma crítica das abordagens do trabalho incorporado por serem aistóricas (ver seção 1). Essa crítica ajudou a mudar o foco das análises marxistas para além do cálculo de valores e preços, e rumo à análise das relações sociais de produção e suas formas de manifestação.

Segundo, essa tradição enfatiza a importância da moeda para a teoria do valor, porque o valor aparece apenas via preço. Como a moeda tem um papel essencial nas economias mercantis, interpretações não-monetárias (ou de equilíbrio geral) da TMV são fundamentalmente incorretas, a busca por uma expressão direta do trabalho abstrato é fútil, e o cálculo de coeficientes de trabalho incorporado raramente faz sentido.³⁴ A ênfase na importância da moeda facilitou o ressurgimento de interesse na análise monetária marxista,³⁵ e a crítica das abordagens do trabalho incorporado abriu caminhos para o desenvolvimento de interpretações mais coerentes de Marx.

33 RUBIN (1975, p. 96-97, 142; 1978, p. 118-119). Ver também RUBIN (1975 p. 66-71, 97-99, 120, 127-130, 141-146, 150; 1978, p. 124-125). Para DE VROEY (1981, p. 176), 'O trabalho é executado em primeira instância como trabalho privado, iniciado por uma decisão independente. Ele é transformado em trabalho social por meio, e apenas por meio, da venda de seu produto. Quando o trabalho social é formado nesse contexto, ele se chama trabalho abstrato, o adjetivo se referindo à operação de homogenização ou abstração ocorrida mediante a troca da troca no mercado.' Portanto, 'ao invés de estar ligado à incorporação de trabalho - um processo técnico - o valor se refere à validação do trabalho privado por meio da troca de mercadorias por moeda ... o trabalho privado é validado (isto é, reconhecido como uma fração do trabalho social, servindo efetivamente a essa reprodução) apenas quando seu produto é vendido. Do contrário, o trabalho privado é desperdiçado.' (DE VROEY, 1982, p. 40). Ver também ELDRED & HANLON (1981, p. 26, 35), HIMMELWEIT & MOHUN (1978, p. 73-74; 1981, p. 232-234), MATTICK JR. (1991-92, p. 33-35), MOHUN (1991), REUTEN (1995), REUTEN & WILLIAMS (1989, p. 66-70), SMITH (1990, p. 72; 1993b, p. 21) e DE VROEY (1981, p. 176, 184; 1982, p. 46; 1985, p. 47).

34 Ver DE BRUNHOFF (1978b), REUTEN & WILLIAMS (1989) e DE VROEY (1981, p. 184-186; 1985, p. 45-46).

35 Ver SAAD FILHO (2000) e SAAD FILHO & LAPAVTTSAS (1999).

Entretanto, o argumento de que a separação é a característica essencial da produção mercantil levou a tradição de Rubin a subordinar as relações capitalistas de produção às relações simples de valor. Assim, apesar de sua importante contribuição para a teoria do valor, essa tradição acrescentou pouco à crítica do **capital** e do **capitalismo**.

O foco na relação valor implica que as economias mercantis são essencialmente uma congregação de produtores que, em princípio, não pertencem à divisão social do trabalho. Devido à separação e à especialização, os produtores precisam vender seus bens ou serviços para poderem comandar uma parcela do produto social para seu próprio consumo. Em outras palavras, nesse tipo de sociedade a produção é essencialmente para consumo, e o trabalho concreto e privado é analítica e cronologicamente anterior ao trabalho social e abstrato, o qual existe apenas idealmente antes da venda. A equalização, abstração e socialização do trabalho dependem da venda, e os valores das mercadorias são determinados pelo valor da moeda pela qual elas são trocadas. A impossibilidade de vender demonstra que a decisão de produzir foi errada, que o produto é inútil, e que o trabalho não criou valor.³⁶

Na verdade, em economias capitalistas a separação **essencial** não é entre produtores mercantis independentes, mas entre os trabalhadores assalariados e os meios de produção, monopolizados pela classe capitalista.³⁷ A produção ocorre quando os capitalistas contratam trabalhadores para produzir mercadorias para lucro. Como a performance de trabalho é condicionada por essa forma social, o produto é necessariamente uma mercadoria; ele

36 O próprio Rubin percebeu que esse argumento é insustentável: '*Alguns críticos dizem que nossa concepção pode levar à conclusão de que o trabalho abstrato se origina do ato de troca, e portanto que o valor também se origina da troca.*' (RUBIN, 1975, p. 147; ver também 1978, p. 121). Rubin tenta evitar esse problema por meio da distinção entre a troca como forma social do processo de produção, e a troca como fase do processo de reprodução, alternando com a produção. RUBIN (1975, p. 95, 100-101, 144-151; 1978, p. 122-124) afirma que seu argumento de que o valor é determinado na troca se refere ao primeiro sentido do termo, ao invés do segundo. Entretanto, essa distinção é inválida, e o próprio Rubin afirma que a relação entre os produtores é estabelecida no ato, e não na estrutura social, da troca (ver RUBIN, 1975, p. 7-9, 61, 64, 70, 80-88, 143; 1978, p. 114).

37 Ver *Capital 1*, p. 482, *Teorias da Mais Valia 1*, p. 78, 409 e *Teorias da Mais Valia 3*, p. 272.

tem valor de uso, e ele é valor (se a mercadoria não for vendida seu valor de uso não é realizado, e seu valor é destruído).³⁸ Em suma, enquanto o trabalho de produtores mercantis independentes é relativamente livre de determinações sociais e seu caráter é contingente à venda, no capitalismo o modo de trabalho é determinado socialmente:

*O capitalismo joga trabalhadores juntos em fábricas em número crescente, aonde seu trabalho é trabalho coletivo. O trabalho de um trabalhador empregado numa fábrica juntamente com mil outros trabalhadores não pode de forma alguma ser descrito como privado, nem como individual ... a produção capitalista envolve trabalho coletivo e cooperativo, diretamente social, dirigido e controlado conscientemente - o poder coletivo e cooperativo da classe trabalhadora dominado e subordinado à autoridade do capital. Aquilo que é privado não é o trabalho-na-produção, mas a mercadoria que resulta do processo produtivo.*³⁹

Essas limitações da tradição de Rubin devem-se basicamente à confusão entre produção capitalista (a produção sistemática de mercadorias para lucro) com a produção mercantil simples (a produção de mercadorias sem

38 POSTONE (1993, p. 155) corretamente afirma que a mercadoria é a objetificação material do duplo caráter do trabalho no capitalismo; portanto, ela é um produto e também uma mediação social. A mercadoria 'não é um valor de uso que tem valor mas, como objetificação material do trabalho concreto e abstrato, é um valor de uso que é valor e, portanto, tem valor de troca.'

39 WEEKS (1990, p. 8). Para MARX, 'A divisão do trabalho na manufatura pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão do trabalho na sociedade pressupõe a dispersão desses meios de produção entre muitos produtores mercantis independentes. Enquanto na fábrica a lei de ferro da proporcionalidade sujeita números definidos de trabalhadores a funções definidas, na sociedade fora da fábrica o acaso e o capricho resultam num padrão confuso de distribuição dos produtores e dos meios de produção entre os vários ramos do trabalho social ... O sistema planejado e regulado a priori no qual a divisão do trabalho é implementada na fábrica se torna, na divisão social do trabalho, uma necessidade imposta a posteriori pela natureza, controlando o capricho desregulado dos produtores, e perceptível nas flutuações do barômetro dos preços de mercado. A divisão de trabalho na fábrica implica a autoridade completa do capitalista sobre os homens, que são apenas membros de um mecanismo que lhe pertence. A divisão social do trabalho coloca em contato produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma autoridade além da concorrência, da coerção exercida pela pressão de seus interesses mútuos, exatamente como no reino animal a "guerra de todos contra todos" mais ou menos preserva as condições de existência de todas as espécies.' (Capital 1, p. 476-477). Ver também p. 439-441, 464-465, 1019, Capital 3, p. 172, Teorias da Mais Valia 3, p. 378, Contribuição, p. 321-322 e Grundrisse, p. 709.

determinações sociais por produtores independentes).⁴⁰ Essa visão é errada tanto histórica quanto teoricamente:

[No] caso de produtores individuais que são donos dos seus meios de produção e ... onde nenhum dos insumos usados na produção é comprado, mas são todos produzidos dentro de um processo de trabalho auto-suficiente ... apenas o produto final do processo de trabalho é uma mercadoria. Cada um dos meios de produção é produzido isoladamente pelos produtores, jamais encontrando a disciplina da concorrência. Não há mecanismo social para estabelecer um gasto normal de tempo de trabalho nos produtos que são meios de produção. Numa situação como essa, a única função da concorrência é impor a regra do preço de venda uniforme no mercado ... A única necessidade objetiva é que o dispêndio de força de trabalho ... seja suficiente para permitir a reprodução da família. Se alguns produtores conseguem produzir suas mercadorias com menor dispêndio de trabalho que outros, os produtores mais "eficientes" terão um padrão de vida mais elevado. Esse padrão de vida mais elevado de alguns não pressiona de maneira alguma os menos eficientes para aumentar sua eficiência.⁴¹

Conforme mencionado acima, o foco da tradição de Rubin na relação valor contribuiu para importantes avanços na TMV. Entretanto, a negligência da relação salarial e do modo de trabalho limitam sua capacidade de distinguir o capitalismo de outros modos de produção. A tradição de Rubin presume incorretamente que a troca mercantil é o aspecto determinante do capitalismo, confunde a moeda com a substância do valor, e elimina as mediações que estruturam a análise marxista do valor. Essa falta de

40 'Aqueles que igualam preço e valor e, portanto, reduzem a determinação do valor à troca estão na verdade considerando o valor no contexto da produção mercantil simples, uma situação na qual o valor não tem papel determinante.' (WEEKS, 1990, p. 8). Ver também SAAD FILHO (1997a).

41 WEEKS (1981, p. 31-32, grifos acrescentados). Ver também ARTHUR (1997, p. 13-15), UNO (1980, p. 34) e WEEKS (1990, p. 11).

profundidade analítica explica sua incapacidade de iluminar importantes relações reais identificadas por Marx, por exemplo, o monopólio capitalista dos meios de produção, a subordinação dos trabalhadores na produção, a regulação social do processo produtivo (e não apenas de seu resultado) pela concorrência, a mecanização, e as mediações entre preços e valores. Devido a essas limitações, a tradição de Rubín é incapaz de explicar o capitalismo de forma convincente, e analisar suas conseqüências econômicas, políticas e sociais.

2.2 *A Nova Interpretação*⁷

No início dos anos oitenta, Gérard Duménil e Duncan Foley independentemente delinearão uma ‘nova interpretação’ (NI) da TMV,⁴² baseada em Aglietta e Rubín.⁴³ A popularidade crescente da NI entre os marxistas durante as últimas duas décadas contribuiu para mudar o rumo dos debates sobre o valor, para além da polêmica relativamente estéril contra os críticos Sraffianos de Marx, e as análises excessivamente abstratas da tradição de Rubín, e rumo a problemas mais substantivos. A contribuição da NI baseia-se essencialmente em sua ênfase no produto líquido, ao invés do bruto, e em suas definições peculiares do valor da moeda e do valor da força de trabalho. A partir desses conceitos, a NI argumenta, primeiro, que análises empíricas empregando categorias marxistas são possíveis e interessantes⁴⁴ e, segundo, que o ‘problema da transformação’ é irrelevante.⁴⁵

42 DUMÉNIL (1980, 1983-84, 1984), DUMÉNIL & LÉVY (1991), FOLEY (1982, 1983, 1986); ver também EHRBAR (1989), GLICK & EHRBAR (1987), LIPIETZ (1982, 1984, 1985a) e MOHUN (1994). Esta seção se baseia em FINE, LAPAVITSAS & SAAD FILHO (2000) e SAAD FILHO (1996). Ver também MOSELEY (2000).

43 Ver AGLIETTA (1979) e RUBIN (1975, 1978).

44 Isso não é discutido a seguir; ver, entretanto, MOHUN (2000, no prelo).

45 A literatura sobre a transformação é vasta, e não há espaço ou necessidade de revisá-la aqui. Ver, entretanto, DESAI (1989, 1992), DOSTALER & LAGUEUX (1985), ELSON (1979a), FINE & HARRIS (1979, cap. 2), FREEMAN & CARCHEDI (1996), HOWARD & KING (1991, caps. 12-14), LAIBMAN (1973), MANDEL & FREEMAN (1984), MOHUN (1995), SAAD FILHO (1997b, 2002, cap. 7), SCHWARTZ (1977), STEEDMAN (1981) e SWEEZY (1949).

A NI deriva da TFV, onde o trabalho se torna abstrato e é socializado pela venda.⁴⁶ Duas importantes implicações se seguem; primeiro, a moeda é a expressão imediata e exclusiva do trabalho abstrato e, segundo, o valor criado pelo trabalho (produtivo) é medido pela quantidade de moeda pela qual o produto é vendido. Essa interpretação evita as dificuldades conceituais envolvidas na relação entre valores e preços individuais, e os problemas associados com a transformação, ao se manter no nível agregado ou macroeconômico. Nesse nível, a moeda é essencialmente comando sobre o trabalho abstrato. Não existe relação necessária entre preços individuais e valores, e essa interpretação é incapaz de distinguir entre sistemas alternativos de preços. Essa característica supostamente amplia sua generalidade à luz da existência de estruturas imperfeitas de mercado.

Algebricamente, o trabalho (abstrato) total, lx , cria o produto bruto, x , mas apenas o valor do produto líquido, $y = x - Ax$, onde A é a matriz tecnológica ($n \times n$), l é o vetor ($1 \times n$) de trabalhos necessários, x é o vetor ($n \times 1$) do produto bruto, e y é o vetor ($n \times 1$) do produto líquido. O valor da moeda, λ^m , é a razão entre o trabalho total e o preço do produto líquido:

$$\lambda^m = \frac{lx}{py} \quad (1)$$

O valor da moeda mede a quantidade de trabalho representado pela unidade monetária, ou o tempo de trabalho abstrato que acrescenta um real (ou dólar, euro etc.) ao valor do produto.⁴⁷ Para a NI, a equação (1) representa a igualdade entre a soma dos valores e a soma dos preços. O valor monetário

46 Ver AGLIETTA (1979, p. 38-39, 277), DUMÉNIL (1980, p. 13-14) e LIPIETZ (1982, p. 60). Para FOLEY (1982, p. 37), a teoria do valor trabalho é 'o argumento de que o valor monetário da massa do produto líquido de mercadorias expressa o gasto de trabalho social total numa economia mercantil ... O conceito de valor como uma propriedade da massa do produto líquido de mercadorias nessa abordagem é analiticamente anterior ao conceito de preço, a quantidade de moeda que uma mercadoria particular traz ao mercado.' Ver também FOLEY (1986, p. 14, 97), GLICK & EHRBAR (1987, p. 303) e MOHUN (1994); para uma crítica, ver STAMATIS (1998-99).

47 Ver AGLIETTA (1979, p. 41-44), e FOLEY (1982). Para uma visão alternativa, focalizando o produto bruto, ver SHAIKH (1991, p. 78). Marx não distingue explicitamente entre o produto líquido e o bruto; ver, por exemplo, *Capital 1*, p. 162-163, 297 e *Teorias da Mais Valia 2*, p. 414, 416, 538.

produzido é alocado entre as mercadorias do produto líquido na forma de preços.

O valor da força de trabalho, V , é definido como a fatia dos salários na renda nacional,⁴⁸ e a mais valia, S , é o resíduo. Se w é a taxa de salário horário e wlx é a massa salarial, então V é o salário multiplicado pelo valor da moeda:⁴⁹

$$V \equiv \frac{wlx}{py} = w\lambda^m$$

Portanto:

$$S = 1 - V = 1 - \frac{wlx}{py} = \Pi$$

onde P é o lucro total; portanto, a igualdade entre soma dos lucros e soma da mais valia também se verifica por definição.⁵⁰ Por fim, a taxa de mais valia é:

$$e = \frac{S}{V} = \frac{\Pi}{W}$$

Essa taxa é determinada quando as mercadorias recebem seus preços e os salários são pagos. Ela não é influenciada pelo uso dos salários, que podem incluir o consumo de bens necessários ou supérfluos, a poupança, ou o

48 'Se assumirmos que uma hora de força de trabalho vendida se torna uma hora de trabalho na produção, o valor da força de trabalho será uma fração entre 0 e 1 que expressa a fração do tempo de trabalho que os trabalhadores trabalham "para si", ou a fração do trabalho dispendido que é "trabalho pago". O valor da força de trabalho é também, presumindo que uma hora de força de trabalho gera uma hora de trabalho, igual à fatia dos salários no valor agregado.' (FOLEY, 1982, p. 40); ver também DUMÉNIL (1984, p. 342) e LIPIETZ (1984, p. 352-353; 1985b, p. 92).

49 A taxa de salário é paga por unidade de força de trabalho simples e não qualificada. Três outros supostos simplificadoros são feitos; os trabalhadores são idênticos, produtivos, e criam quantidades iguais de valor por hora de força de trabalho vendida (ver LIPIETZ, 1982, p. 62).

50 Ver DUMÉNIL (1980, p. 82).

entesouramento. Para a NI, essa relação mostra que o lucro é apenas mais valia redistribuída.⁵¹

Vamos agora considerar a contribuição da NI mais de perto, começando com a operação no produto líquido. Em termos de valores de uso, o produto líquido inclui os bens de consumo e o investimento líquido, ou a parte do produto bruto além daquela necessária para manter o sistema produtivo, ou para repetir o mesmo padrão e nível de produção. Em termos de valor, ele é idêntico ao trabalho vivo executado. Essa definição levanta o problema do valor do produto bruto, pois o trabalho no período cria todo o produto bruto, mas apenas parte do seu valor.

A NI implica que a definição convencional das igualdades agregadas de Marx em termos do produto bruto é inconsistente, porque ela inclui a dupla contagem do valor dos meios de produção. Ele é contado, primeiro, como o valor dos meios de produção produzidos no período e, novamente, como o valor dos meios de produção consumidos. Entretanto, o último não corresponde a trabalho executado no período corrente ou no passado; ele é apenas um reflexo do trabalho executado e do valor criado em outros ramos da economia.⁵² Esses *insights* são convincentes. Entretanto, o foco no produto líquido pode ser enganador, por duas razões. Primeiro, empiricamente, o produto líquido é definido num

*período de tempo diferente do período de rotação do capital. O produto nacional líquido, por exemplo, é definido anual ou trimestralmente. Portanto, os dois componentes do valor do capital líquido (capital variável e mais valia) são agregados por meio de vários períodos de rotação, e conceptualmente perde-se de vista o aspecto fundamental da circulação, que é a recaptura do capital adiantado por meio da venda de mercadorias e a reposição dos componentes materiais da produção.*⁵³

51 Ver SAAD FILHO (1996).

52 Ver DUMÉNIL (1980, p. 62-63; 1983-84, p. 441-442) e SAAD FILHO (1996).

53 WEEKS (1983, p. 220).

Segundo, e mais importante, o foco no produto líquido elimina a produção de meios de produção (além daquela necessária para a reprodução ampliada). Assim, uma parte significativa da produção corrente torna-se invisível como se fosse redundante, e a maior parte das trocas mercantis, aquelas entre produtores, desaparece como se fosse irrelevante. Portanto, o uso de moeda como capital e como meio de pagamento e o papel do sistema de crédito são negligenciados.

Devido à dupla contagem do valor dos insumos no valor do produto bruto, a NI define o valor da moeda no produto líquido, ao invés do bruto. Essa definição do valor da moeda é sedutora por três razões: primeiro, ela evita os supostos simplificadores que enviesam as análises sraffianas; segundo, ela apela para a experiência contemporânea com o papel-moeda inconversível e a importância dos determinantes macroeconômicos do valor da moeda, especialmente por meio das políticas monetárias e fiscais; terceiro, ela facilita o estudo de estruturas de mercado imperfeitas do poder de monopólio, que são de difícil análise na interpretação tradicional.

Apesar dessas importantes vantagens, esse conceito de valor da moeda é limitado de três maneiras importantes. Primeiro, ele é apenas um reflexo *ex post* da relação entre o trabalho (produtivo e abstrato) executado, e o valor monetário adicionado no período. Ele só pode ser conhecido *depois* do trabalho ser executado, das mercadorias serem produzidas e vendidas, e das tecnologias sociais (médias) serem determinadas. Nesse sentido, ele não tem relação com o conceito marxista de valor da moeda-mercadoria, que é determinado *antes* da circulação. Segundo, o valor da moeda é incapaz de refletir os diversos níveis de complexidade da relação valor, inclusive as relações sociais de produção e distribuição, o trabalho executado, as relações entre oferta e demanda, o poder de monopólio, a quantidade e velocidade da moeda, e o sistema de crédito. Cada um desses fatores pode afetar o sistema de preços de formas diferentes, mas a NI é incapaz de distinguir sistematicamente entre elas, ou explicar suas implicações.

Em resumo, o conceito valor da moeda na NI abstrai as estruturas e relações reais entre o trabalho social e sua representação monetária, de modo a focar as relações monetárias dali resultantes. Infelizmente para a NI, essas

mediações contêm a possibilidade de desequilíbrio e crise. A identificação da expressão mediada do valor com o preço por meio da simples divisão das horas trabalhadas pelo preço do produto líquido elimina a complexidade dos processos reais e obscurece a possibilidade de desequilíbrio econômico, o que reduz a capacidade da teoria de analisar as relações que ela deseja confrontar.⁵⁴

O conceito de valor da força de trabalho na NI sofre de deficiências semelhantes. Para a NI, o valor da força de trabalho é a fatia dos trabalhadores na renda nacional, determinada pelo conflito distributivo.⁵⁵ Entretanto, essa definição do valor da força de trabalho não vai além de um dos efeitos da exploração, a impossibilidade dos trabalhadores comprarem todo o produto líquido. Esse é o mesmo aspecto da exploração que os ‘ricardianos socialistas’ enfatizaram no início do século 19, e esse é também o único aspecto da exploração que as análises srafiianas consideram.⁵⁶

Essa noção de valor da força de trabalho pode ser enganadora, primeiro, se ela diluir a capacidade da teoria de explicar a forma básica de conflito no capitalismo, que ocorre na produção ao invés da distribuição. Segundo, ela pode criar a ilusão de que o produto líquido é ‘dividido’ entre os trabalhadores e os capitalistas ao final de cada período, ou que a exploração se deve à divisão injusta da renda. Terceiro, ela pode reforçar a dicotomia clássica entre os valores das mercadorias ‘ordinárias’, determinados pelo trabalho incorporado, e o valor da força de trabalho, determinado pela oferta e demanda.

54 Em seu fascinante artigo inicial sobre a NI, FOLEY (1982, p. 41) convida o leitor a ‘*Supor ... que temos um sistema economia mercantil onde, por uma razão ou outra, os preços monetários das mercadorias não são proporcionais aos valores-trabalho. Uma razão pode ser que os preços desviam dos valores-trabalho tal que as taxas de lucro possam ser equalizadas quando o capital investido por trabalhador varia em diferentes setores. Outras razões podem ser monopólios, a regulação governamental, a exploração de diferenciais de informação no mercado por intermediários, e assim por diante.*’ O colapso de categorias com diferentes níveis de complexidade para permitir o recurso a identidades macroeconômicas pode ser útil para análises de política econômica, mas ela pode ser analiticamente problemática porque obscurece as estruturas de determinação do modo de produção.

55 Ver FOLEY (1982, p. 42-43; 1986, p. 15, 41) e LIPIETZ (1982, p. 75).

56 Marx criticou severamente as teorias de exploração que focalizavam primordialmente a distribuição de renda, ver MARX (1974, p. 344-345) e SAAD FILHO (1993a).

Em resumo, a contribuição da NI para o desenvolvimento da TMV pode ser analisada por dois ângulos. Por um lado, ela evita o problema da transformação (especialmente o debate espúrio sobre as condições de normalização), e ela corretamente rejeita o paradigma equilibrista no qual a teoria do valor, e a transformação em particular, foram analisados no passado. Essas importantes contribuições são parte de uma reconsideração mais ampla da TMV, que oferece a base para uma nova macroeconomia crítica. Esse objetivo é válido, e esses sucessos são importantes.

Por outro lado, a NI pode ser criticada de diversas formas. Essa abordagem foi desenvolvida para analisar as aparências diretamente, por meio de uma 'macroeconomia marxista'. Entretanto, esse importante objetivo tem um custo elevado. A NI tem pouca profundidade analítica, enfatiza a circulação e a distribuição à custa da produção, e elimina as mediações e a complexidade das relações entre valores e preços e mais valia e lucro, tratando-os como se fossem idênticos. Assim, a NI torna-se incapaz de incorporar alguns dos *insights* mais importantes de Marx, incluindo o progresso técnico, a acumulação, o sistema de crédito e as crises, a não ser como acréscimos exógenos. Essas limitações se devem à estrutura da NI, e elas explicam por que a NI foi acusada de tautologia (pela forma como ela valida as igualdades de Marx) e empirismo (porque ela não ilumina as estruturas cujo desenvolvimento está na raiz da TMV).⁵⁷ Portanto, é difícil desenvolver a NI sem arbitrariedades na escolha dos fenômenos a serem explicados, o julgamento de sua importância, e sua relação com outros aspectos da realidade.

CONCLUSÃO

A divisão do trabalho no capitalismo pode ser analisada de duas formas. A maioria dos economistas neoclássicos e alguns marxistas geralmente adota

57 Ver FLASCHEL (1984) e SZUMSKI (1991).

o ponto de vista da circulação (troca). Por esse ângulo, a economia capitalista aparece como uma coleção de atividades descoordenadas, distintas umas das outras pelas mercadorias produzidas em cada firma e suas tecnologias. Essa abordagem tende a enfatizar os processos que dão coerência a economias descentralizadas e asseguram que as necessidades sejam satisfeitas, sujeitas a restrições. Nesse contexto, os preços relativos e a distribuição de trabalho e renda são muito importantes. O estudo pode ser estendido para a análise das razões pelas quais a 'mão invisível' pode falhar, gerando desproporções e crises. Esses problemas merecem estudo detalhado e iluminam aspectos importantes do capitalismo. Infelizmente, entretanto, eles não conduzem ao estudo do modo de **produção**. Essa é uma limitação importante, porque as diferenças essenciais entre o capitalismo e outros modos de produção derivam das relações entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção, e o modo de trabalho com elas associado. Uma das conclusões mais importantes de Marx é que, se a análise for restrita à circulação ou distribuição e ignorar a esfera da produção, algumas das características mais importantes do capitalismo ficam ocultas.

Em contraste, análises que enfatizam a produção à custa da circulação tendem a impor condições de equilíbrio arbitrariamente, de modo a focar as tecnologias de produção. Nesse caso, é difícil perceber a importância da moeda e das relações entre trabalho concreto e abstrato e, mais geralmente, os limites históricos da teoria do valor. O significado da concorrência, das mudanças tecnológicas e da migração de capital, e as relações conflituosas entre as classes sociais são, por consequência, obscurecidas.

Essas deficiências demonstram que a teoria do valor necessita considerar tanto a produção quanto a troca, bem como as mediações entre essas esferas e os seus diferentes níveis de análise. Ocasionalmente é apropriado eliminar certas mediações para focalizar melhor alguns aspectos do capitalismo ao invés de outros, mas isso pode ser arriscado porque pode se tornar difícil saber onde e quando introduzir importantes estruturas ou tendências na análise. Nesse caso, pode ser necessário recorrer à arbitrariedade, ou conectar na teoria do valor outros estudos de forma simplista, o que é eclético e geralmente estéril.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation, the US experience*. London: New Left Books, 1979.
- ALBRITTON, R. *A Japanese reconstruction of marxist theory*. London: Macmillan, 1986.
- ALTHUSSER, L. *For Marx*. London: New Left Books, 1969.
- _____. *Reading capital*. London: New Left Books, 1970.
- ARTHUR, C. Against the logical-historical method: dialectical derivation versus linear logic. In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. (eds.), *New investigations of Marx's method*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1997.
- BACKHAUS, H.-G. Dialectique de la forme valeur. *Critiques de l'Economie Politique*, 18, p. 5-33, 1974.
- BENETTI, C.; CARTELIER, J. *Marchands, salariat et capitalistes*. Paris: Maspéro, 1980.
- BÖHM-BAWERK, E. VON. Karl Marx and the close of his system. In: SWEEZY, P. M. (ed.), *Karl Marx and the close of his system*. Clifton: A.M. Kelley, 1949.
- BORTKIEWICZ, L. VON. On the correction of Marx's fundamental theoretical construction on the third volume of Capital. In: SWEEZY, P. M. (ed.), *Karl Marx and the close of his system*. Clifton: A. M. Kelley, 1949.
- _____. Values and prices in the Marxian system. *International Economic Papers* 2, p. 5-60, 1952.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. Labour heterogeneity and the labour theory of value, a reply. *Cambridge Journal of Economics* v. 5, n. 3, p. 285-288, 1981.
- BRENNER, R. The social basis of economic development. In: ROEMER, J. (ed.), *Analytical marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BRÖDY, A. *Proportions, prices and planning: a mathematical restatement of the labour theory of value*. Amsterdam: North Holland, 1974.
- BRUNHOFF, S. de. *La politique monétaire, un essai d'interprétation marxiste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973a.
- _____. Marx as an a-Ricardian, value, money and price at the beginning of "Capital". *Economy & Society*, v. 2, n. 3, p. 412-430, 1973b.
- _____. *Marx on money*. New York: Urizen Books, 1976.

- _____. L'équilibre ou la monnaie. *Economie Appliquée*, v. 31, n. 1-2, p. 35-59, 1978a.
- _____. La monnaie, puissance sociale, puissance privée. *Economies et Sociétés*, 1, p. 2163-2186, 1978b.
- CATEPHORES, G. The historical transformation problem, a reply. In: FINE, B. (ed.), *The value dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- CHATTOPADHYAY, P. *Surplus school and Marx: On Garegnani's Marx reading*, inédito, 2000.
- DESAI, M. The transformation problem. In: CARAVALE, G. A. (ed.), *Marx and modern economic analysis*. Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- DMITRIEV, V. *Economic essays on value, competition and utility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- DOBB, M. *Political economy and capitalism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1940.
- _____. Review of theory of capitalist development, by Paul M. Sweezy. *Science & Society* 7, p. 270-275, 1943.
- _____. Marx's "Capital" and its place in economic thought. *Science & Society*, v. 31, n. 4, p. 527-540, 1967.
- DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.) *Un échiquier centenaire, théorie de la valeur et formation des prix*. Paris: La Découverte, 1985.
- DUMÉNIL, G. *De la valeur aux prix de production*. Paris: Economica, 1980.
- _____. Beyond the transformation riddle: a labor theory of value. *Science and Society*, v. 33, n. 4, p. 427-450, 1983-84.
- _____. The so-called "transformation problem" revisited, a brief comment. *Journal of Economic Theory*, 33, p. 340-348, 1984.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Szumski's validation of the labour theory of value, a comment. *Cambridge Journal of Economics*, v. 15, n. 3, p. 359-364, 1991.
- EHRBAR, H. Mathematics and the labor theory of value. *Review of Radical Political Economics*, v. 21, n. 3, p. 7-12, 1989.
- ELDRED, M. A reply to Gleicher. *Capital & Class* 23, p. 135-137, 1984.
- ELDRED, M.; HANLON, M. Reconstructing value-form analysis. *Capital & Class* 13, p. 24-60, 1981.
- ELSON, D. (ed.) *Value, the representation of labour in capitalism*. London: CSE Books, 1979a.
- _____. The value theory of labour. In: ELSON, D. (ed.), *Value, the representation of labour in capitalism*. London: CSE Books, 1979b.

- ENGELS, F. Supplement. In: K. Marx, *Capital 3*. Harmondsworth: Penguin, 1981.
- FACCARELLO, G. Sraffa versus Ricardo, the historical irrelevance of the “corn-profit” model. In: FINE, B. (ed.), *The value dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- FINE, B. *Economic theory and ideology*. London: Edward Arnold, 1980.
- _____. *Theories of the capitalist economy*. London: Edward Arnold, 1982.
- _____. (ed.) *The value dimension, Marx versus Ricardo and Sraffa*. London: Routledge and Kegan Paul, 1986a.
- _____. On the historical transformation Problem. In: *The value dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986b.
- _____. *The continuing imperative of value theory: a personal account*. Inédito, 1996.
- FINE, B.; HARRIS, L. *Rereading capital*. London: Macmillan, 1979.
- FINE, B.; LAPAVITSAS, C.; SAAD FILHO, A. *Transforming the transformation problem: why the “new solution” is a wrong turning*. Inédito, 2000.
- FLASCHEL, P. The so-called “transformation problem” revisited, a comment. *Journal of Economic Theory* 33, p. 349-351, 1984.
- FOLEY, D. The value of money, the value of labour power and the marxian transformation problem. *Review of Radical Political Economics*, v. 14, n. 2, p. 37-47, 1982.
- _____. On Marx’s theory of money. *Social Concept*, v. 1, n. 1, p. 5-19, 1983.
- _____. *Understanding capital, Marx’s economic theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.
- _____. Recent developments in the labor theory of value. *Review of Radical Political Economics*, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2000.
- FREEMAN, A.; CARCHEDI, G. (eds.) *Marx and non-equilibrium economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1996.
- GANSSMANN, H. Transformation of physical conditions of production, Steedman’s economic metaphysics. In: FINE, B. (ed.), *The value dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- GAREGNANI, P. La théorie classique de la répartition et le problème dit de la “transformation” chez Marx. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.), *Un échiquier centenaire, théorie de la valeur et formation des prix*. Paris: La Découverte, 1985.
- GERSTEIN, I. Production, circulation and value, the significance of the “transformation problem” in Marx’s critique of political economy. In: FINE, B. (ed.), *The value dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

- GLEICHER, D. Note: a rejoinder to Eldred. *Capital & Class* 24, p. 147-155, 1985.
- _____. The ontology of labour values. *Science & Society*, v. 49, n. 4, p. 463-471, 1985-86
- GLICK, M.; EHRBAR, H. The labour theory of value and its critics. *Science & Society*, v. 50, n. 4, p. 464-478, 1986-87.
- _____. The transformation problem, an obituary. *Australian Economic Papers*, v. 26, n. 49, p. 294-317, 1987.
- GOODE, P. The law of value and Marx's method. *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, v. 2, n. 6, p. 65-69, 1973.
- GUTTMAN, R. *How credit-money shapes the economy: the United States in a global system*. Armonk: M.E. Sharpe, 1994.
- HABERLER, G. Marxian economics in retrospect and prospect. *Zeitschrift für Nationalökonomie*, 26, p. 69-82, 1966.
- HARVEY, D. *The limits to capital*. London: Verso, 1999.
- HIMMELWEIT, S.; MOHUN, S. The anomalies of capital. *Capital & Class* 6, p. 67-105, 1978.
- HODGSON, G. Marxian epistemology and the transformation problem. *Economy & Society*, v. 3, n. 4, p. 357-392, 1974.
- _____. Money and the Sraffa system. *Australian Economic History Review*, v. 20, n. 36, p. 83-95, 1981.
- HOWARD, M. C.; KING, J. E. *A history of marxian economics*. 2 Vols. London: Macmillan, 1989, 1991.
- ILYENKOV, E. V. *The dialectics of the abstract and the concrete in Marx's 'Capital'*. Moscow: Progress Publishers, 1982.
- KLIMAN, A.; McGLONE, T. The transformation non-problem and the non-transformation problem. *Capital & Class* 35, p. 56-83, 1988.
- LAIBMAN, D. Values and price of production, the political economy of the transformation problem. *Science & Society*, v. 37, n. 4, p. 404-436, 1973.
- LEE, C.-O. Marx's labour theory of value revisited. *Cambridge Journal of Economics*, v. 17, n. 4, p. 463-478, 1993.
- LIPIETZ, A. The so-called "transformation problem" revisited. *Journal of Economic Theory*, v. 26, n. 1, p. 59-88, 1982.
- _____. The so-called "transformation problem" revisited, a brief reply to brief comments. *Journal of Economic Theory*, v. 33, n. 2, p. 352-355, 1984.

- _____. *The enchanted world: inflation, credit and the world crises*. London: Verso, 1985a.
- _____. Le débat sur la valeur: bilan partiel et perspectives partiales. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.), *Un échiquier centenaire, théorie de la valeur et formation des prix*. Paris: La Découverte, 1985b.
- LIKITKIJSOMBOON, P. Marxian theories of value-form. *Review of Radical Political Economics*, v. 27, n. 2, p. 73-105, 1995.
- MANDEL, E.; FREEMAN, A. (eds.) *Ricardo, Marx, Sraffa*. London: Verso, 1984.
- MARX, K. Critique of the Gotha programme. In: *The first international and after*. Harmondsworth: Penguin, 1974.
- _____. *Theories of surplus value*. 3 Vols. London: Lawrence and Wishart, 1978a, 1969, 1972.
- _____. *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin, 1981a.
- _____. *Capital*. 3 Vols. Harmondsworth: Penguin, 1976, 1978b, 1981b.
- _____. *A contribution to the critique of political economy*, Collected Works, Vol. 29, London: Lawrence and Wishart, 1987.
- MATTICK, P. JR. Some aspects of the value-price problem. *International Journal of Political Economy*, v. 21, n. 4, p. 9-66, 1991-92.
- MAY, K. Value and price of production, a note on Winternitz's solution. *Economic Journal* 58, p. 596-599, 1948.
- MEEK, R. L. Some notes on the "transformation problem". *Economic Journal* 66, p. 94-107, 1956.
- _____. *Studies in the labour theory of value*. London: Lawrence and Wishart, 1973.
- MILONAKIS, D. *Historical aspects of the law of value and the transition to capitalism*. 1990. PhD Thesis, University of London.
- MOHUN, S. Value. In: BOTTOMORE, T. (ed.), *A Dictionary of Marxist Thought*, 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. A re(in)statement of the labour theory of value. *Cambridge Journal of Economics* 18, p. 391-412, 1994.
- _____. New solution or re(in)statement? A reply. *Cambridge Journal of Economics*, v. 24, n. 1, p. 113-117, 2000.
- _____. Productive and unproductive labor: a reply to Houston and Laibman. *Review of Radical Political Economics* (no prelo).
- MORISHIMA, M. *Marx's economics - A dual theory of value and growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

- _____. Marx in the light of modern economic theory. *Econometrica*, v. 42, n. 4, p. 611-632, 1974.
- MOSELEY, F. *Abstract labor: substance or form? A critique of the value-form interpretation of Marx's theory*. Inédito, 1997.
- NAPLES, M. A radical economic revision of the transformation problem. *Review of Radical Political Economics*, v. 21, n. 1-2, p. 137-158, 1989.
- NUTI, D. M. The transformation of labor values into production prices and the marxian theory of exploitation. In: SCHWARTZ, J. G. (ed.), *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- PASINETTI, L. *Lectures on the theory of production*. New York: Columbia University Press, 1977.
- PILLING, G. The law of value in Ricardo and Marx. *Economy & Society*, v. 1, n. 3, p. 281-307, 1972.
- _____. *Marx's 'Capital', philosophy and political economy*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.
- POSTONE, M. *Time, labour and social domination, a re-examination of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- RAMOS-MARTÍNEZ, A.; RODRÍGUEZ-HERRERA, A. The transformation of values into prices of production: a different reading of Marx's text. In: FREEMAN, A.; CARCHEDI, G. (eds.), *Marx and non-equilibrium*. Aldershot: Edward Elgar, 1996.
- REINFELDER, M. Breaking the spell of technicism. In: SLATER, P. (ed.), *Outlines of a critique of technology*. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1980.
- REUTEN, G. The difficult labor of a theory of social value, metaphors and systematic dialectics at the beginning of Marx's "Capital". In: MOSELEY, F. (ed.), *Marx's method in 'Capital', a reexamination*. Atlantic Highlands, N.J., Humanities Press, 1993.
- _____. Conceptual collapses: a note on value-form theory. *Review of Radical Political Economics*, v. 27, n. 3, p. 104-110, 1995.
- REUTEN, G.; WILLIAMS, M. *Value-form and the state, the tendencies of accumulation and the determination of economic policy in capitalist society*. London: Routledge, 1989.
- ROBERTS, B. Marx after Steedman, separating marxism from "surplus theory". *Capital & Class* 32, p. 84-103, 1987.
- ROOSEVELT, F. Cambridge economics as commodity fetishism. In: SCHWARTZ, J.G. (ed.), *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- ROWTHORN, B. *Capitalism, conflict and inflation*. London: Lawrence and Wishart, 1980.

RUBIN, I. I. *Essays on Marx's theory of value*. Montréal: Black Rose Books, 1975.

_____. Abstract labour and value in Marx's system. *Capital & Class* 5, p. 107-140, 1978.

_____. *A history of economic thought*. London: Pluto Press, 1979.

SAAD FILHO, A. Labour, money and "labour-money", a review of Marx's critique of John Gray's monetary analysis. *History of Political Economy*, v. 25, n. 1, p. 65-84, 1993a.

_____. A note on Marx's analysis of the composition of capital. *Capital & Class* 50, p. 127-146, 1993b.

_____. The value of money, the value of labour power and the net product, an appraisal of the "new approach" to the transformation problem. In: FREEMAN, A.; CARCHEDI, G. (eds.), *Marx and non-equilibrium economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1996.

_____. Concrete and abstract labour in Marx's theory of value. *Review of Political Economy*, v. 9, n. 4, p. 457-477, 1997a.

_____. An alternative reading of the transformation of values into prices of production. *Capital and Class* 63, p. 115-136, 1997b.

_____. Inflation theory: a critical literature review and a new research agenda. *Research in Political Economy* 18, p. 335-362, 2000.

_____. *The value of Marx: political economy for contemporary capitalism*. London: Routledge, 2002.

SAAD FILHO, A.; LAPAVITSAS, C. A teoria horizontalista da moeda e do crédito: uma análise crítica. *Estudos Econômicos*, v. 29, n. 1, p. 23-45, jan./mar. 1999.

SAMUELSON, P. M. Wages and interest, a modern dissection of marxian economic models. *American Economic Review*, v. 47, n. 6, p. 884-912, 1957.

_____. Understanding the marxian notion of exploitation, a summary of the so-called transformation problem between marxian values and competitive prices. *Journal of Economic Literature*, v. 9, n. 2, p. 399-431, 1971.

_____. Reply on marxian matters. *Journal of Economic Literature*, v. 11, n. 1, p. 64-68, 1973.

_____. Insight and detour in the theory of exploitation, a reply to Baumol. *Journal of Economic Literature*, v. 12, n. 1, p. 62-70, 1974.

SAVRAN, S. On the theoretical consistency of Sraffa's economics. *Capital & Class* 7, p. 131-140, 1979.

- _____. On confusions concerning Sraffa (and Marx), reply to critics. *Capital & Class* 12, p. 85-98, 1980.
- _____. The negation of negative values. In: MANDEL, E.; FREEMAN, A. (eds.) *Ricardo, Marx, Sraffa*. London: Verso, 1984.
- SCHWARTZ, J. G. (ed.) *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- SETON, F. The "transformation problem". *Review of Economic Studies* 24, p. 149-160, 1957.
- SHAIKH, A. Marx's theory of value and the "transformation problem". In: SCHWARTZ, J. G. (ed.), *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- _____. The poverty of algebra. In: STEEDMAN, I. (ed.), *The value controversy*. London: Verso, 1981.
- _____. Neo-ricardian economics, a wealth of algebra, a poverty of theory. *Review of Radical Political Economics*, v. 14, n. 2, p. 67-83, 1982.
- _____. The transformation from Marx to Sraffa'. In: MANDEL, E.; FREEMAN, A. (eds.), *Ricardo, Marx, Sraffa*. London: Verso, 1984.
- _____. Values and value transfers: a comment on Itoh. In: ROBERTS, B.; FEINER, S. (eds.), *Radical economics*. Boston: Kluwer, 1991.
- SHIBATA, K. The meaning of the theory of value in theoretical economics. *Kyoto University Economic Review*, v. 8, n. 2, p. 49-68, 1933.
- SMITH, M. *Invisible leviathan: the marxist critique of market despotism beyond postmodernism*. Toronto: University of Toronto Press, 1994a.
- _____. Alienation, exploitation and abstract labor: a humanist defense of Marx's theory of value. *Review of Radical Political Economics*, v. 26, n. 1, p. 110-133, 1994b.
- SMITH, T. *The logic of Marx's 'Capital', reply to hegelian criticisms*. Albany: State of New York Press, 1990.
- _____. Value theory and dialectics. *Science & Society*, v. 62, n. 3, p. 460-470, 1998.
- SRAFFA, P. *Production of commodities by means of commodities: prelude to a critique of economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- STAMATIS, G. On the "new solution". *International Journal of Political Economy*, v. 28, n. 4, p.23-46, 1998-99.
- STEEDMAN, I. *Marx after Sraffa*. London: New Left Books, 1977.
- _____. (ed.) *The value controversy*. London: Verso, 1981.
- SWEEZY, P. Introduction. In: *Karl Marx and the close of his system*. Clifton: A.M. Kelley. 1949

- _____. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SZUMSKI, J. On Duménil and Lévy's denial of the existence of the so-called transformation problem, a reply. *Cambridge Journal of Economics*, v. 15, n. 3, p. 365-371, 1991.
- TUGAN-BARANOVSKY, M. I. *Theoretische Grundlagen des Marxismus*. Leipzig: Doucker und Humboldt, 1905.
- UNO, K. *Principles of political economy: theory of a purely capitalist society*. Brighton: Harvester Press, 1980.
- VROEY, M. de. Value, production and exchange. In: STEEDMAN, I. (ed.), *The value controversy*. London: Verso, 1981.
- _____. On the obsolescence of the marxian theory of value, a critical review. *Capital & Class* 17, p. 34-59, 1982.
- _____. La théorie marxiste de la valeur, version travail abstrait, un bilan critique. In: DOSTALER G.; LAGUEUX, M. (eds.), *Un échiquier centenaire, théorie de la valeur et formation des prix*. Paris: La Découverte, 1985.
- WEEKS, J. *Capital and exploitation*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- _____. A note on underconsumptionist theory and the labor theory of value. *Science & Society*, v. 46, n. 1, p. 60-76, 1982b.
- _____. On the issue of capitalist circulation and the concepts appropriate to its analysis. *Science & Society*, v. 48, n. 2, p. 214-225, 1983.
- _____. Abstract labor and commodity production. *Research in Political Economy* 12, p. 3-19, 1990.
- WINTERNITZ, J. Values and prices, a solution to the so-called transformation problem. *Economic Journal*, v. 58, n. 2, p. 276-280, 1948.
- WOLFF, R. *Understanding Marx: a reconstruction and critique of 'Capital'*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Value and price in Marx's "Capital". *Revolutionary Communist* 1, p. 31-49, 1974.
- _____. Value, price and the neo-ricardians: an introductory note. In: MOHUN, S. (ed.), *Debates in value theory*. London: Macmillan, 1995.

Agradeço os comentários feitos por Maria de Lourdes R. Mollo.

alfredo@soas.ac.uk

(Recebido em julho de 2001. Aceito para publicação em agosto de 2001)